

Paim espera que Congresso viabilize R\$ 300 para o mínimo

Novo salário mínimo foi discutido, ontem, em Plenário, por Paulo Paim, Mão Santa e Heloísa Helena. O senador Eduardo Suplicy sugeriu ao governo que observe instrumento de complementação de renda adotado pelos Estados Unidos.

Página 5



DEBATE No Plenário, senadores discutem o novo salário mínimo e Suplicy (na tribuna) pede atenção a programa de renda dos Estados Unidos

MP dos bingos deve ser votada esta semana

Pauta inclui também medida que regulamenta contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades que atuam nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Se houver votação, ordem do dia fica desobstruída para exame de mais 20 propostas

Página 3

Ordem do dia eletrônico agiliza as decisões

Página 8



Marco Maciel ocupa a cadeira 39, vaga desde a morte de Roberto Marinho

Academia Brasileira de Letras dá posse a Marco Maciel

O senador Marco Maciel tomou posse ontem na Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele ocupa a cadeira 39, vaga desde a morte do jornalista Roberto Marinho. Maciel é autor de quatro livros sobre educação e política.

Página 6

Comissão examina hoje a nova Lei de Falências

Página 3



POSSE Paim (em pé, de costas) abraça Fogaça, novo membro do Conselho de Comunicação

Conselho defende conteúdo regional em rádio e televisão

O Conselho de Comunicação Social quer que o Senado aprove projeto de lei da Câmara dos Deputados que regulamenta a regionalização de programas exibidos em emissoras de rádio e TV. A proposta, de autoria da deputada Jandira Feghali, prevê também a obrigatoriedade de exibição de produção independente e de filmes brasileiros. Ontem, o conselho deu posse a José Fogaça como representante de jornais. Ex-senador pelo Rio Grande de Sul, Fogaça foi eleito em sessão conjunta do Congresso Nacional realizada em 27 de abril.

Página 6

Célio Azevedo



DESVIOS Contribuição pode não estar sendo usada na manutenção das rodovias, explica Serys

Serys comenta investigação sobre uso dos recursos da Cide

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comentou a abertura de inquérito civil, pelo Ministério Público da União em Mato Grosso, para investigar a aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação de rodovias federais. Os três procuradores à frente da ação querem explicações para o fato, divulgado pela imprensa, de apenas R\$ 70 milhões, dos R\$ 2 bilhões arrecadados com a contribuição no último trimestre, terem sido investidos na manutenção da malha rodoviária do país.

– Estudos mostram que a Cide não cumpre o papel para o qual foi criada – observou ela.

A senadora comentou a edição da MP que altera as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, e lamentou persistirem problemas na incidência desses tributos em alguns setores da economia. Serys também considerou inaceitável a majoração do mínimo para R\$ 260, apostando no empenho do Congresso para encontrar fonte orçamentária que permita custear um valor mais alto.

Agenda



Recursos hídricos na pauta do Plenário

O Plenário se reúne hoje, em sessão marcada para as 14h30, com o objetivo de votar os dois últimos projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta de votações. O primeiro (PLV 23/04) autoriza a Agência Nacional de Águas (ANA) a contratar entidades para a gestão dos recursos hídricos, e o segundo (PLV 22/04) torna ilegal o bingo no Brasil. Depois da votação dos dois textos, os senadores poderão examinar os demais itens da pauta.

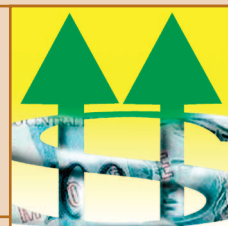
Sarney recebe o presidente da Telmex e a embaixadora do México

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h30, Jaime Chico Pardo, presidente da empresa de telefonia Telmex Internacional,

acompanhado da embaixadora do México no Brasil, Cecilia Soto. A partir das 15h30, Sarney dirige a Ordem do Dia, em Plenário.

Crédito cooperativo em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, às 10h, proposta que regulamenta o sistema nacional de crédito cooperativo (PLS 336/03), a fim de facilitar o acesso a financiamentos. Além disso, o colegiado retoma a discussão do projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03).



Comissão de Infra-estrutura discute parceria público-privada

O projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPP) na administração pública (PLC 10/04) será discutido hoje, às 14h30, pela Comissão de Infra-estrutura (CI). O texto ainda vai ser analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e

de Constituição e Justiça (CCJ). No mesmo horário, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) vota mensagens e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão.



Celso Pitta pode depor hoje na CPI do Banestado

O ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta (foto), deve ser ouvido novamente pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado hoje, às 11h. Na semana passada, Pitta conseguiu liminares que impediram a realização do seu depoimento. Às 17h, a CPI do Desmanche de Automóveis ouve dois representantes do Inmetro: o diretor de Qualidade, Alfredo Carlos Lobo, e a coordenadora geral de Credenciamento, Elizabeth Cavalcanti.

Título para Milton Santos

A Comissão de Educação (CE) vota hoje, às 11h, projeto que concede ao geógrafo Milton Santos o título de Patrono da Geografia Nacional (PLC 8/04). O colegiado analisa ainda proposta que acaba com as listas tríplices na escolha de dirigentes universitários (PLC 95/03) e relatório final da Subcomissão de Rádio e Televisão.

Apoio a brasileiro no exterior

Em discussão na Subcomissão de Proteção de Cidadãos Brasileiros no Exterior, que se reúne hoje às 10h, sugestão de projeto que autoriza o Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE), para aumentar a entrada de divisas e estimular a geração de emprego.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

INCENTIVO Papaléo observa que COB divulga esportes para a promoção da saúde

Papaléo elogia campanha do Comitê Olímpico Brasileiro

Faltando três meses para o início das Olimpíadas de 2004, que se realizarão em Atenas, na Grécia, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) parabenizou o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) pela campanha de conscientização de atletas e da população em geral, para que façam da atividade física uma prática saudável e não apenas uma busca de recordes.

Papaléo lembrou que o Comitê Olímpico Internacional (COI) está atento para excessos na busca de melhores índices e quebra de recordes, o que pode levar à prática de *doping*. Neste sentido, disse o senador, o COB também vem tomando providências no para “evitar dissabores”.

O parlamentar citou iniciativa do COB de divulgar, em dezembro de 2003, documento contendo lista das substâncias proibidas, inclusive aquelas que entram na composição de medicamentos comuns, mas que podem ser detectadas em caso de exame *antidoping*. No relatório, informou ele, o COB também alerta para o uso acidental de substâncias proibidas, que estão presentes em medicamentos, suplementos alimentares e até mesmo em produtos naturais, vendidos sem qualquer critério.

Vida saudável

Papaléo ressaltou que os jogos olímpicos deste ano terão um enfoque especial, voltado para a proteção e a preservação da vida e da saúde. Ele citou o médico Francisco Sérgio dos Santos, integrante do COB e especialista em medicina esportiva, para quem a tônica, nas Olimpíadas de Atenas, será “despertar a consciência de pais, professores e dirigentes de clubes para uma orientação saudável com relação à atividade física”.

Ex-prefeito Celso Pitta será ouvido pela CPI do Banestado

Amparado por uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta deverá ser ouvido hoje, a partir das 11h, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que apura o envio irregular de divisas para o exterior.

Na semana passada, Celso Pitta compareceu à CPI, mas não prestou depoimento. O ex-prefeito trazia duas liminares, também obtidas junto ao STF. A primeira concedia a ele o direito de não assinar o termo de compromisso de falar a verdade, e a segunda permitia que Pitta fosse ouvido, em caráter reservado, somente pelos membros titulares da comissão. Os parlamentares não concordaram e a sessão foi suspensa.

Depois de um pedido de reconsideração encaminhado pelo presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o ministro Cezar Peluso, do STF, emitiu novo parecer acerca da segunda liminar. O ministro manteve a sessão secreta, mas assegurou o direito à participação de senadores e deputados suplentes ou aqueles que não são membros da CPI, além de permitir a presença de assessores encarregados de orientar os parlamentares nos trabalhos da comissão e na formulação de perguntas. Entretanto, a reunião será vedada à imprensa e ao público em geral.

Celso Pitta é acusado de fazer transferência ilegal de dinheiro ao exterior e de manter contas secretas em paraísos fiscais, que supostamente abrigariam recursos desviados de obras públicas quando foi prefeito de São Paulo, de 1997 a 2001. A CPI do Banestado, criada no ano passado, tem por objetivo investigar a evasão de divisas por meio das chamadas contas CC-5, que pode chegar a US\$ 30 bilhões.

Plenário pode decidir hoje sobre duas MPs e desobstruir a pauta

Durante exame na Câmara, medidas provisórias receberam projetos de lei de conversão

O Plenário do Senado deve votar na sessão deliberativa de hoje, por meio de projetos de conversão, as duas medidas provisórias (MPs) que estão obstruindo a pauta. Uma delas trata dos contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e entidades que atuam nos comitês de bacia hidrográfica. A outra proíbe a exploração, em todo o país, de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas conhecidas como caça-níqueis.



ESPERA Trancamento da ordem do dia está impedindo a votação, pelos senadores, de crédito externo para a prefeitura de São Paulo

Caso os senadores decidam sobre as MPs 165 e 168, poderão votar os demais itens da ordem do dia. Entre as proposições que aguardam a desob-

strução da pauta está o projeto de resolução (PRS 68/03) que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar crédito externo no valor de US\$ 100,4 mi-

lhões, destinado a financiar, parcialmente, programa de reabilitação do centro da cidade.

Também deverão ser examinados projeto de lei (PLC 104/02) que inclui, entre os dados da Carteira Nacional de Habilitação, o grupo sanguíneo, o fator RH e a opção do condutor quanto à doação de órgãos para transplantes, e projeto de resolução (PRS 57/03) que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras.

Figuram ainda na pauta as indicações dos diplomatas Leda Lúcia Martins Camargo e Mauro Luiz Iecker Vieira para embaixadores em Moçambique e na Argentina, respectivamente (Mensagens 17/04 e 21/04), e acordos internacionais.

Lei de Falências deve ser votada hoje pela CAE

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) devem votar hoje, a partir das 10h, o substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui a nova Lei de Falências. Entre os destaques apresentados, três são de iniciativa de Antonio Carlos



Ramez Tebet propõe limite para pagamento de crédito trabalhista

Valadares (PSB-SE) e dois de Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Segundo Ramez Tebet, a prioridade para os créditos trabalhistas está garantida na proposta em discussão (PLC 71/03). O senador informou ter rejeitado as emendas que eliminavam o limite para o pagamento desses direitos, fixado no seu substitutivo em 150 salários mínimos (R\$ 36 mil). O

relator esclareceu que o limite é necessário para evitar que dirigentes com altos salários disputem os recursos com a grande maioria dos trabalhadores das empresas com falência decretada.

Emenda acolhida por Ramez Tebet, apresentada pela senadora Lúcia Vânia

(PSDB-GO), dá preferência ao pagamento dos créditos com garantia real (créditos bancários) em relação aos créditos tributários, adequando o texto da Lei de Falências (que o relator prefere intitular de Lei de Recuperação de Empresas) às mudanças já incorporadas em projeto de lei que altera o Código Tributário Nacional (PLC 70/03).

João Tenório apresenta relatório sobre parceria

O relatório sobre o projeto que cria o sistema de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da administração pública poderá ser apresentado hoje, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), pelo senador João Tenório (PSDB-AL). Ele vai propor um substitutivo com algumas modificações no texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.

João Tenório disse que o projeto Parceria Público-Privada (PLC 10/04) é fundamental para os investimentos em infraestrutura de que o país necessita, pois, ressaltou, o Estado não dispõe de recursos para essas obras, apesar de o Brasil ter uma das mais altas cargas tributárias do mundo – repre-



Parceria público-privada é fundamental para o país, declara João Tenório

sentando cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

Rodovias

Na mesma reunião, a comissão vai examinar relatório favorável do senador Paulo Octávio (PFL-DF) a projeto do então senador Lauro Campos (PLS 173/02), já falecido, que visa instituir, nos

contratos de obra rodoviária, a responsabilidade da empresa contratada em relação à qualidade do serviço realizado, no prazo mínimo de cinco anos contados da data de entrega.

De acordo com o projeto, a empresa contratada ficará obrigada a recuperar componentes que apresentarem sinais de desgaste precoce em razão de execução deficiente.



DEBATE Requerimento solicita audiência com o ministro sobre benefício da Previdência

Comissão de Orçamento examina convocação de Amir Lando

Dois requerimentos estão na pauta da reunião de hoje da Comissão Mista de Orçamento (CMO), marcada para as 14h30. Um deles solicita audiência com o ministro da Previdência Social, Amir Lando, para obter esclarecimentos sobre o im-

pacto no orçamento federal deste ano das despesas decorrentes de diferenças nos benefícios previdenciários, como o passivo gerado durante a implantação do Plano Real.

O outro requerimento pede uma nova reunião conjunta das comis-

sões temáticas para ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A solicitação, de iniciativa do deputado Ricardo Barros (PP-PR), é para que o BC cumpra integralmente o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, com os dados

exigidos legalmente.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), vota ainda, entre outros itens, oito avisos sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em órgãos públicos.

Ideli saúda vitória na OMC em disputa contra subsídio

■ Líder do PT no Senado também ressalta o crescimento do comércio brasileiro com os países árabes

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, saudou a vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) na disputa contra subsídios que os Estados Unidos dão a seus produtores de algodão.

– Essa boa notícia não foi comentada aqui pelas oposições. Coisas boas deste governo, para eles, não existem – observou.

Ela leu trechos de várias notícias sobre o assunto, ponderando que, de 1999 ao ano passado, os produtores brasileiros de algodão perderam mais de US\$ 500 milhões por causa da política protecionista dos norte-americanos.

– Também passou despercebido para esta Casa que o Brasil obteve a 13ª posição no ranking da OMC sobre superávit comercial, quando ocupava



SEM REGISTRO Ideli observa que a oposição não comenta as boas notícias do governo

no ano anterior a 19ª. O saldo de comércio do Brasil com outros países chegou a US\$ 22,4 bilhões – ressaltou a senadora.

Ideli leu ainda comentário do jornalista Luís Nassif (“que costuma só criticar o governo”), que destacou na sua coluna da *Folha de S. Paulo*, no sábado, que o comércio com os árabes está subindo rapidamente, havendo possibilidade de chegar a US\$ 7 bilhões até o fim do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ela lembrou que Lula “foi

muito criticado” pela imprensa em sua visita aos países árabes, no ano passado.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que integrou a comitiva do presidente nessas visitas, observou que esses países não impõem cotas, como fazem as nações ricas, especialmente os Estados Unidos.

– Eles sabem que o Brasil tem 10 milhões de descendentes e nossa cultura tem muita influência árabe – afirmou Ney Suassuna.

PEC paralela

A líder do PT no Senado previu ainda que a Câmara dos Deputados deverá votar até o próximo dia 11 a PEC paralela da Previdência. Depois de um encontro entre os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, os líderes partidários da Câmara assinaram pedido para que a PEC paralela fosse votada diretamente pelo Plenário, não mais sendo votada na comissão especial que trata do assunto.



AVANÇO Saturnino aponta melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas

Saturnino destaca êxito da política de assentamento

Resultados favoráveis de estudo sobre assentamentos promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entre 1985 e 1997, e publicados na última semana pela revista *Carta Capital*, foram destacados ontem, em Plenário, pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Além de atestar a melhoria na qualidade das cerca de 15 mil famílias beneficiadas em 39 municípios de nove estados, no período, a pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) revelou que

96% desses assentamentos partiram de ações de resistência ou invasão de propriedades rurais, disse o parlamentar.

Essa constatação levou Saturnino a afirmar que “é preciso respeitar os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e compreender certos excessos inevitáveis, pois, sem a existência deles, a reforma agrária não teria avançado nada”. A despeito das críticas à política de assentamentos rurais no país, o senador petista assinalou a conclusão dos pesquisadores de que a reforma agrária “é viável, necessária e traz resultados importantíssimos” diante do quadro de desigualdades sociais e econômicas do país.

Quando às realizações do atual governo, Saturnino apontou o atraso da gestão petista nessa área, em razão do arrocho fiscal a que teve de se submeter, para não desestabilizar a economia.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) elogiou a “interpretação lúcida” de Saturnino e salientou a “compreensão histórica” do seu partido quanto às reivindicações dos movimentos sociais. “Nós, do PT, não vemos um movimento reivindicatório como inimigo do Estado”, declarou Tião Viana.

Heráclito critica divulgação do governo

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou ontem a comunicação social do governo por não divulgar as conquistas da administração Lula e deixar sem justificativa as derrotas sofridas. O parlamentar comentou discurso da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), que destacou a vitória do Brasil em disputa contra os Estados Unidos acerca de subsídios na Organização Mundial do Comércio (OMC). Para Heráclito, a conquista não pode ser atribuída ao governo petista, pois a ação foi movida durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso e se referia à luta iniciada em governos anteriores.

O senador disse estranhar que, com relação ao salário mínimo, tema não favorável ao governo, o PT tenha preferido ser discreto, embora reclamasse das críticas da oposição. Heráclito classificou de “incoerente” a atitude dos petistas, já que no passado se notabilizaram por radicalizar na luta pelo aumento do mínimo.

As dificuldades de comunicação do governo foram atribuídas pelo parlamentar à briga entre os grupos do secretário



INCOERÊNCIA Para Heráclito, PT foi discreto nos comentários sobre o reajuste do mínimo

de Comunicação, Luiz Gushiken, e do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. E a crise que o governo Lula estaria vivendo seria consequência da antecipação da sucessão para o governo de São Paulo, em 2006.

Referindo-se a um aparte de Ney Suassuna (PMDB-PB), que elogiou a elegância da senadora, Heráclito comentou com ironia que a líder do PT vestia roupas caras e usava jóias de grife.

– O que considero positivo é que as marcas chiques também estão disponíveis hoje para as trabalhadoras do campo e para as operárias – frisou o senador.

As apreciações de Heráclito Fortes foram respondidas em seguida por Ideli, que reclamou

das palavras e do estilo do senador.

Resposta

Com respeito aos comentários de Heráclito sobre a disputa na OMC, a líder do PT afirmou que não fez declarações, mas apenas uma leitura de jornais. Para confirmar, ela releu trechos de matérias do *The New York Times* e *Valor Econômico*, sobre a vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio. Segundo os noticiários, assinalou, a condenação dos Estados Unidos pela aplicação de subsídios aos produtores de algodão poderá complicar a situação do presidente George W. Bush, que é candidato à reeleição.

– Este fim de semana, eu assisti a uma partida de futebol, embora não seja adepta e fã do esporte. Mas, ao assistir ao jogo, pude entender melhor o que significa a expressão “marcação cerrada”, “homem a homem”. Mas, aqui não é nenhum campo de futebol e não é a primeira vez que o que dizemos é desvirtuado. Como estamos de bom humor, de bem com a vida, estou tranqüila e preparada para qualquer parada e qualquer jogo – concluiu.

Oportunidades se fecham para o Brasil, alerta Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) chamou atenção ontem do governo para o fato de “as janelas de oportunidades” estarem se fechando para o país. Ele admitiu que o alerta não é novo, mas ressaltou que agora está sendo confirmado por diversos analistas financeiros. O senador citou a queda de 12,9% do índice Bovespa em abril e o aumento de 30% no risco país este ano, e disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva desperdiçou o melhor momento internacional das últimas décadas.

– Em quatro meses do segundo ano de mandato do presidente Lula, o balanço não é favorável. Os indicadores econômicos e sociais são deploráveis. O reajuste do salário mínimo é a confissão do fracasso da política econômica adotada até o momento.

O novo cenário internacional, com o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos e a



PERDA Para Alvaro, governo Lula desperdiçou o melhor momento internacional

retração no crescimento econômico da China, tem reflexos diretos no Brasil, salientou o senador, mencionando que a desaceleração da economia chinesa deverá reduzir os preços de vários produtos e afetar as receitas de exportação brasileiras.

Lembrando coluna da jornalista Miriam Leitão, de *O Globo*, Alvaro também criticou a “fala excessiva, irrefletida e impensada” do presidente da República. Segundo o artigo, em jantar com a bancada do PTB, Lula “misturou uma dose de uísque com o improviso” e “vangloriou-se dos seus contatos internacionais, desafiou o governo anterior para o debate e afirmou que os líderes da América Latina vivem no século 19”.



BENEFÍCIO Eduardo Suplicy lembra que Brasil possui a renda básica de cidadania

Suplicy aponta exemplo de programa de renda adotado nos EUA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aconselhou ontem o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a observar instrumento de complementação de renda adotado nos Estados Unidos em 1975. Denominado crédito por remuneração recebida, o programa transfere ao trabalhador uma renda que

complemente seu salário, caso este não atinja um patamar de rendimento razoável. – Todos do governo devem estar conscientes desse instrumento, importante para se erradicar a pobreza e conduzir o Brasil a uma sociedade mais justa – assinalou o senador.

Suplicy disse que o sistema permite uma transferência de mais de US\$ 37 bilhões por ano. O efeito disso, afirmou, é o estímulo da economia, com maior demanda por produtos. O senador por São Paulo afirmou que o Brasil possui sistema semelhante: a renda básica de

cidadania, oriunda de proposta de autoria dele, já transformada em lei e prevista para ser adotada gradualmente. Em parte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou a proposta de Suplicy e louvou a persistência dele na defesa da renda básica de cidadania.

Garibaldi defende correção da tabela do IR

Embora considere justa a atualização da tabela do Imposto de Renda (IR), a ser anunciada em breve pelo governo federal, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem a adoção de um mecanismo de correção automática dos valores. Na sua opinião, é dever do Congresso aprovar uma lei que fixe índices de correção e afaste “definitivamente a submissão do contribuinte assalariado à boa vontade exclusiva do Poder Executivo”.

Em 2003, Garibaldi reivindicou em três ocasiões a implantação dessa sistemática, manifestando-se favoravelmente, em uma delas, à proposta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), que pretendia incluí-la na reforma tributária. “Lamentavelmente não foi possível, e deixamos o assunto apenas sob a responsabilidade do Poder Executivo.”

Os esforços do Senado para intervir na correção da tabela do IR, segundo o senador, estão reunidos em projetos de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Jefferson Péres (PDT-AM). Há três anos, o Senado aprovou projeto do então senador Paulo Hartung que atacava o problema, mas o governo conseguiu emplacar um substitutivo para reduzir o impacto da medida sobre a arrecadação.



MODELO Garibaldi quer mecanismo de correção automática da tabela

Congresso pode viabilizar mínimo de R\$ 300, diz Paim

■ Para senador, comissão parlamentar deve encontrar no orçamento meios de aumentar o salário

O Congresso pode apresentar alternativa viável de salário mínimo, num patamar superior ao fixado pelo Executivo, afirmou ontem o senador Paulo Paim (PT-RS). Ele disse ter notado, em conversas com alguns parlamentares, um consenso para que a comissão parlamentar mista a ser formada para analisar a medida provisória do novo mínimo encontre, no Orçamento da União, os recursos necessários para estabelecer o valor de R\$ 300 para o piso salarial. Paim observou que a comissão deve ser instalada o mais rápido possível e trabalhar com agilidade. Em sua opinião, os 60 dias de prazo para



CONFIANÇA Paim acredita que aumento substancial do mínimo não ameaça cofres públicos

analisar a MP são suficientes para firmar um consenso.

– Sempre vislumbrei essa possibilidade e, durante seminário que promovemos aqui no Senado sobre desemprego e renda, pude confirmar, por meio dos depoimentos de diversos especialistas, que um salário mínimo de R\$ 300, além de ser viável, não representa nenhuma ameaça aos cofres

públicos, seja no nível municipal, estadual ou federal.

Paim ressaltou que recebeu várias cartas em apoio a uma elevação substancial do mínimo, muitas delas de associações de prefeitos e empresários. Ele citou ainda a Carta de Itaici, da Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB), que se reuniu entre 21 e 30 de abril e enfatizou a perda do poder de compra do trabalhador.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) insistiu na tese de que devia se valorizar o trabalho, em detrimento do capital. Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que Paim é uma voz que não se cala em prol do trabalhador. Mão Santa (PMDB-PI) frisou que votou em Lula pelas pessoas que o acompanhavam, dentre elas, Paim. Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que, mais uma vez, a Previdência foi pretexto para o amesquinhamento do salário mínimo.

Para Mão Santa, congressistas devem respeitar o trabalhador

O senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou ontem para a necessidade de aumentar o valor do salário mínimo. Ele lembrou que, quando reunia seus assessores, Juscelino Kubitschek perguntava: “Como vai o monstro?”

– Esse monstro era o povo, que pode invadir esta Casa, quebrar e tocar fogo se o salário mínimo continuar nesse valor e se esses congressistas não tiverem a coragem de respeitar o trabalho e o trabalhador – afirmou o senador.

Para Mão Santa, o PMDB faz exatamente o contrário, “se ajoelha e dá primazia ao capital e aos gigolôs dos bancos, do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições internacionais”. O

presidente da República, aconselhou o senador, deveria se mirar no exemplo de Getúlio Vargas e trabalhar mais.

Com base no livro *A Universidade e a Eleição Presidencial*, que reúne os debates realizados durante a campanha eleitoral de 2002 com os candidatos à Presidência da República, Mão Santa mencionou promessas do então candidato Lula, como a de fazer a reforma da Previdência: “Mas vamos respeitar os direitos adquiridos que já estão contidos na Constituição e têm decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)”, leu o senador.

– Berzoini [ministro do Trabalho e ex da Previdência], que atormentou e infernizou a vida



EXEMPLO Mão Santa resalta que Lula deveria mirar-se em Getúlio Vargas

dos aposentados e das viúvas, quer também acabar com a esperança dos brasileiros. Em entrevista à revista *Época*, Berzoini disse que Lula não vai conseguir dobrar o valor do salário mínimo e que vai criar, no máximo, 5 milhões de empregos e não os 10 milhões prometidos – concluiu o senador.



MUDANÇA Heloísa espera que parlamentares ajudem Lula a cumprir promessa

Heloísa: “É falta de vergonha” usar velhos argumentos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que “é falta de vergonha” usar agora os mesmos argumentos do governo Fernando Henrique Cardoso para impedir que o salário mínimo tenha elevados aumentos reais. Ela pediu aos congressistas “que ajudem” o presidente Lula “a cumprir sua promessa de dobrar o salário mínimo em quatro anos”.

– O Congresso pode ajudar o governo. Basta mudar a medida provisória e conceder um aumento maior. Por favor, não vamos usar as mesmas desculpas descaradas.

Para ela, “desculpa descarada” é afirmar que a Previdência Social vai quebrar ou que as prefeituras não vão suportar.

Heloísa disse que “a velha cantilena” de que as prefeituras vão quebrar com o novo mínimo não encontra respaldo em estatísticas. Ela observou que a folha salarial das prefeituras do Nordeste, as que mais pagam o mínimo no país, não sofre impactos maiores com o reajuste. Informou que, se a União resolver dobrar o valor do salário mínimo, o custo para a folha salarial dos estados será de apenas 1,5%. “Ora, o novo mínimo vai custar para a Previdência R\$ 5 bilhões por ano, mas o governo gasta R\$ 145 bilhões anualmente no pagamento de juros da dívida pública.”

Marco Maciel toma posse na cadeira 39 da ABL

“Suceder Roberto Marinho é uma questão formal. Substituí-lo é impossível”, afirma

O senador Marco Maciel (PFL-PE) tomou posse ontem na Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele ocupa agora a cadeira 39, vaga desde a morte do jornalista Roberto Marinho. “É uma honra e uma grande responsabilidade. Sucedê-lo é uma questão formal, substituí-lo é impossível. Não nos esqueçamos que, além da sua dimensão como escritor, jornalista e empresário, ele foi sempre um grande incentivador das artes e da cultura brasileiras. A moderna dramaturgia, a música e a competente linguagem audiovisual que o Brasil desenvolveu devem muito ao dr. Roberto Marinho”, afirmou



CURRÍCULO Maciel é autor de quatro livros sobre política e educação

Marco Maciel em seu primeiro discurso na ABL.

O senador é o 22º pernambucano a ocupar uma cadeira na ABL. Professor de Direito Internacional na Universidade Católica de Pernambuco, autor de quatro livros sobre política e educação e com extensa carreira política, Maciel foi vice-

presidente da República por duas vezes. Também foi presidente da Câmara dos Deputados, ministro da Educação, deputado federal, deputado estadual, governador de Pernambuco e senador por três legislaturas.

Maciel tem predileção por dois temas: educação e governabilidade.

– A educação é a grande questão brasileira, sobretudo em função da revolução das tecnologias da informação, o que levou Norberto Bobbio a dizer que “o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem”. Já a governabilidade pressupõe a realização de reformas políticas voltadas para melhorar o desempenho das instituições democráticas – disse.

O presidente do Senado, José Sarney, esteve presente à cerimônia de posse.

ACM destaca qualidades do novo imortal

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) homenageou ontem o senador Marco Maciel, que à noite tomou posse na cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras (ABL), que teve como último ocupante o empresário Roberto Marinho, falecido no ano passado.

Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, o senador pernambucano, além de um grande parlamentar e pessoa querida por seus colegas, foi o “vice-presidente da República ideal, porque não criava problemas para Fernando Henrique Cardoso”.

– Fico feliz que agora vá desfrutar da imortalidade ao lado de personalidades como o pre-



RECONHECIMENTO Antonio Carlos considera que Maciel foi o vice-presidente ideal

sidente do Senado, José Sarney – disse o parlamentar baiano, que, junto com o senador Ro-

dolpho Tourinho (PFL-BA), compareceu à posse de Marco Maciel.

Como o Plenário do Senado já votou moção de aplauso ao novo integrante da ABL, Antonio Carlos Magalhães pediu que fossem inscritos nos Anais da Casa os discursos de posse de Marco Maciel e de saudação a ele, proferido pelo igualmente imortal Marcos Vilaça, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

– Os políticos sempre crescem quando chegam a esses postos – destacou Antonio Carlos, referindo-se à presença na academia de homens públicos atuantes também na atividade literária.

Mozarildo pede investigação sobre “fraude” de Papillon

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu que se investigue “uma das maiores fraudes da literatura mundial”: a história épica de Papillon, que, no início do século 20, escapou de forma mirabolante da colônia penal conhecida como Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Segundo pesquisas do fotógrafo

Platão Arantes, o verdadeiro Papillon seria René Schehr e estaria sepultado na vila Surumu, em Roraima.

Relatos de moradores do município de Normandia (o nome é uma homenagem à terra natal de Papillon) indicam que, em 1940, passaram pelo local Henri Charrière, autor da obra *Papil-*



CORREÇÃO Segundo Mozarildo, o verdadeiro Papillon estaria enterrado em Roraima

lon: o homem que fugiu do inferno, Maurício Habert, Roger e René Schehr, sendo este último o único que tinha a famosa borboleta tatuada no peito.

Comunicação recomenda regionalizar programas

Por 7 votos a 5, o Conselho de Comunicação Social aprovou ontem parecer da conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra que recomenda ao Senado a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 59/03) que regulamenta a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e televisão, como prevê o artigo 221 da Constituição.

Diante da aprovação do relatório de Berenice Bezerra, que representa os artistas na comissão, ficaram prejudicados os votos em separado dos conselheiros Roberto Wagner Monteiro, que representa as emissoras de televisão, e Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das emissoras de rádio. Mesmo assim, como é praxe no conselho, os relatórios em separado serão pensados

ao parecer aprovado e remetidos aos senadores.

Foram quase quatro horas de discussão antes da votação da matéria. Logo no início, o conselheiro Alberto Dines, representante da sociedade civil, propôs que não houvesse votação e que os três relatórios fossem encaminhados aos senadores como contribuição do conselho.

Um dos pontos mais discutidos do projeto da Câmara, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), foi a obrigatoriedade da exibição de produção independente e de filmes brasileiros. A opinião dos radiodifusores, de que não haveria previsão legal para esse tipo de obrigatoriedade, foi vencida com a decisão da maioria de sugerir aos senadores que aprovem o texto encaminhado pela Câmara.



IMPRESA ESCRITA Raimundo Carreiro, Paulo Paim, Cavalcanti Filho e Jaime Sirotsky na posse de José Fogaça (último à direita)

Ex-senador José Fogaça é empossado no conselho

O ex-senador gaúcho José Fogaça foi empossado ontem como representante das empresas de imprensa escrita no Conselho de Comunicação Social. Segundo o presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, Fogaça foi eleito na sessão conjunta do Congresso realizada no dia 27 de abril. O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), destacou que pediu ao presidente José Sarney para ser o senador a empossar Fogaça.

– Eu disse ao presidente Sarney que fazia questão de vir ao conselho empossar José Fogaça. Ele tem uma postura ética e moral que orgulha a todos nós. Foi com muita alegria que pedi essa oportunidade de dar posse não só a alguém que é amigo do Rio Grande do Sul, mas do Brasil e que possui uma his-

tória que simboliza a democracia, a resistência, a liberdade e a igualdade – afirmou Paulo Paim.

Fogaça ressaltou que, de alguma forma, sentia-se responsável pela existência do Conselho de Comunicação Social. Ele lembrou que trabalhou para a criação do órgão durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e depois participou da regulamentação da matéria. O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, também esteve presente à posse.

José Paulo Cavalcanti Filho comunicou que foi informado pelo presidente Sarney de que as entidades que indicaram os atuais membros do conselho já foram consultadas sobre os candidatos que apresentarão na próxima eleição, na primeira quinzena de junho.



POUCOS RECURSOS Luiz Otávio observa que retorno para o estado será praticamente nulo

Luiz Otávio estranha medidas para setor pesqueiro

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) declarou ter estranhado as “inesperadas” medidas da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), segundo noticiário do jornal *O Liberal*, do Pará, no último dia 14. De acordo com o senador, a matéria revela que uma frota de 21 embarcações começará, ainda este ano, a atuar no litoral norte do Brasil na pesca de atuns e outras espécies, sob o comando de uma empresa chinesa chamada Ocean Star Pescados Ltda. Ele disse que a informação foi confirmada pelo coordenador de Pesca Industrial da Seap, Rodolfo Rangel.

– A estranheza que tomou conta de mim também deixou atônitos os empresários paraenses do setor, pois todo o processo industrial, desde a captura ao beneficiamento, estará nas mãos de estrangeiros. Os empresários entendem que o retorno para o estado, em termos de geração de emprego e renda, será praticamente nulo – afirmou.

Para o senador, o Brasil vai abrir mão da sua riqueza e nem sequer tomará conhecimento daquilo que vier a ser produzido.

Valadares lamenta cassação de João e Janete Capiberibe

■ Senador diz que respeita decisão, mas considera a pena exagerada. Mão Santa sugere anistia

Em nome do PSB, o líder Antonio Carlos Valadares (SE) lamentou ontem a cassação dos mandatos do senador João Capiberibe (PSB-AP) e de sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP), pelo Tribunal Superior Eleitoral, acusados de compra de votos. Frisando que respeitava a decisão do Judiciário, o senador disse ter sido inesperado que “pena tão rigorosa tenha recaído sobre duas pessoas de conduta ética irretocável em mandatos eletivos consecutivos”.

Valadares agradeceu a todos os parlamentares que expressaram a sua solidariedade aos Capiberibe e destacou que o casal foi homenageado por todos os partidos. O senador registrou também que o Senado já teve mandatos cassados, mas nunca manifestou tão clara-



OTOSTÃO E O MILHÃO Valadares compara os julgamentos de Roriz e dos Capiberibe

mente seu apoio aos denunciados.

O líder do PSB pediu a inserção nos Anais da Casa de matérias divulgadas no fim de semana a respeito do assunto. Segundo ele, as reportagens apresentam as contradições das decisões do tribunal no julgamento dos Capiberibe e do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), ocorridos na mesma semana.

Na revista *Veja*, a reportagem

“O tostão e o milhão” destaca que o governador, acusado de desviar cerca de R\$ 40 milhões dos cofres públicos, foi absolvido, e o senador e a deputada, acusados de comprar dois votos a R\$ 26 cada um, foram condenados.

Valadares citou ainda a revista *IstoÉ*, que publicou a matéria “A luta continua”, e o artigo do jornalista Márcio Moreira Alves, no jornal *O Globo*, sob o título “Desilusão e esperança”.

Valadares informou ainda ao Plenário que os advogados dos Capiberibe irão entrar no Supremo Tribunal Federal com recurso extraordinário para que seja reconhecida a inconstitucionalidade da decisão.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), na presidência dos trabalhos, sugeriu que o líder do PSB propusesse uma anistia, como já ocorreu no Senado.

Antonio Carlos Valadares afirmou que o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF) já está propondo uma anistia para corrigir distorções semelhantes às do casal Capiberibe.



MODIFICAÇÕES Efraim observa que auto-sustentação da Previdência corre perigo

Efraim sugere mudanças na contribuição previdenciária

Embora reconhecendo que os problemas que envolvem o sistema previdenciário não são uma exclusividade brasileira, o senador Efraim Morais (PFL-PB) se disse preocupado com o financiamento da Previdência Social no país.

Para que o Legislativo reflita sobre o financiamento previdenciário, ele pediu a inserção nos Anais da Casa de estudo intitulado “Alternativa de Financiamento”, elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip).

O senador reconheceu que modificações importantes já foram efetuadas e representaram melhoria nas contas do sistema previdenciário, mas preveniu que isso não garante sua auto-sustentação.

– As empresas que utilizam menor grau de tecnologia são as que mais empregam. As que se valem da mais avançada tecnologia empregam pouco e são as que têm faturamentos mais elevados. Dessa forma, é justo que contribuam para outros benefícios, já que para o mais importante – o do emprego – contribuem muito pouco.

Crivella se solidariza com senador cassado

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) solidarizou-se com o senador João Capiberibe, cujo mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 27 de abril, sob a acusação de compra de votos. Em discurso pronunciado na sexta-feira, Crivella disse que estava “profundamente” triste com a situação do senador pelo Amapá, segundo ele, “um homem honrado, ilibado”. Para o

senador, a acusação contra Capiberibe pode ter sido motivada pela paixão da política.

– Se ao senador fosse dado o direito de arrolar testemunhas a seu favor, não traria duas, mas talvez duas mil pessoas que foram beneficiadas com emprego e com educação para seus filhos – afirmou Crivella, referindo-se ao fato de João Capiberibe ter sido governador do Amapá por duas vezes.



SERIEDADE Para Crivella, Capiberibe é “um homem honrado e ilibado”

Marcos Guerra quer solução para excesso de MPs

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) fez um apelo ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que cumpra o compromisso de campanha eleitoral de não utilizar medidas provisórias, a não ser excepcionalmente. Marcos Guerra disse que o presidente da República já editou mais de 70 MPs, apesar de haver prometido diminuir o uso desse instrumento, inclusive por meio de compromisso firmado na Ordem dos Advogados do Brasil.

O Congresso Nacional, en-

tende o senador, também é responsável por essa situação, já que poderia exercer rigorosamente o mandamento constitucional, vedando a admissibilidade de medidas provisórias que não atendam aos requisitos de relevância e urgência. Ele solicitou aos congressistas uma solução para o “abuso na edição das MPs, em benefício do Direito, da Justiça e da democracia”.

Marcos Guerra lembrou que, desde 1988, o Poder Executivo já editou mais de 5 mil medi-

das provisórias. Trata-se, segundo ele, de uma clara interferência do Poder Executivo no Poder Legislativo e uma afronta à democracia e ao mandato constitucional que estabelece a divisão de Poderes.

Apesar de defender “um Executivo moderno, com capacidade para responder adequadamente a todos os reclamos de uma sociedade complexa”, o senador ressaltou que um grande número de medidas provisórias não são urgentes nem relevantes, conforme de-

termina a lei.

Não há dúvida, afirmou Marcos Guerra, que um grande número dessas medidas provisórias editadas pelo Executivo só existem em decorrência da hipertrofia do Executivo. Para ele, o instituto da medida provisória foi desvirtuado, por abuso de seus objetivos originais, que teriam o mérito de assegurar governabilidade e rapidez no atendimento de necessidades urgentes e inadiáveis da sociedade.

Marcos Guerra destacou que,



EXAGERO Marcos Guerra afirma que a maioria das medidas não é relevante

num sistema clássico de democracia, em que cada um dos três Poderes cumpre a função que lhe cabe, não há lugar para medidas provisórias.

Ordem do dia eletrônico moderniza trabalho

Secretaria Geral da Mesa e Prodasen instalam sistema que dispensa papéis e ajuda senadores

Quando voltarem do recesso de julho, os 81 senadores brasileiros encontrarão uma novidade rara em parlamentos do mundo. Diante da poltrona de cada um, no Plenário do Senado, haverá um microcomputador portátil, dotado de bateria e tela de cristal líquido sensível a toque, que dará ao senador a oportunidade de conhecer, estudar e votar todos os itens da ordem do dia, sem ter que lidar com o calhamaço de papéis com que convive atualmente.

Produto de quase um ano de trabalho, esse projeto foi solicitado pelo presidente da Casa, José Sarney, ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, e ao diretor do Prodasen, Petrônio Carvalho, em junho do ano passado. De agosto para cá, técnicos dos dois órgãos se entre-

garam à criação dessa novidade, que propiciará economia não só de papel, mas de tempo para os parlamentares.

Para utilizarem o sistema sem dificuldades, os senadores serão convidados a realizar um treinamento, nos gabinetes ou em suas residências, quando descobrirão que, além de acessar a ordem do dia, dispõem de recursos para navegar na Internet, consultar legislação e comunicar-se com seus gabinetes e bases eleitorais. Ou seja, não gastarão mais tempo manuseando impressos com anexos de projetos, pareceres, leis e outros textos necessários à tarefa de legislar.

O Prodasen já instalou uma rede *wireless* (sem fio) no Plenário, assim como carregadores de baterias nas bancadas para alimentar cada *notebook*.

A consulta à ordem do dia, rotina cumprida diariamente pelos senadores ao chegar em Plenário, é realizada graças ao trabalho da Secretaria Geral da Mesa, que executa um trabalho manual de montagem e de redigitação de informações



TECNOLOGIA Eduardo Siqueira Campos e Serys Silhessarenko (*primeiro plano*), Petrônio Carvalho e Pedro Costa (*segundo plano*) e Raimundo Carreiro observam o presidente Sarney testar o novo sistema

já disponíveis em meio eletrônico.

Para que essas informações possam ser acessadas via *notebook* em Plenário, foi necessário o envolvimento de técnicos de duas diretorias do

Prodasen – a Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e Orçamento (SSDSL) e a Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações (SSSTO).

Enquanto a primeira desenvolvia os sistemas que irão permitir o acesso às informações da ordem do dia, a outra realizava licitações para a instalação da rede sem fio e para a aquisição dos computadores.

Sarney inaugura curso e destaca atividades da Unilegis

Com a presença dos presidentes do Senado, José Sarney, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, a Universidade do Legislativo (Unilegis) abriu na última quinta-feira o Curso de Especialização em Controle de Constitucionalidade, destinado a um grupo de 50 servidores do Legislativo e do Judiciário.

Reitor da Unilegis, José Sarney tem ressaltado a importância da atuação “nem sempre tão visível” da universidade, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), para a formação de recursos humanos e divulgação de conhecimento, visando melhorar o desempenho do Legislativo e o intercâmbio com os outros Poderes. Para o senador, o novo curso vai contribuir para resolver muitas dúvidas no dia-a-dia do funcionamento do Legislativo e do Judiciário.

– A Constituição de 1988 dá margem a muitos problemas de interpretação, por ser híbrida de parlamentarismo e presidencialismo, e feita com os olhos voltados para o passado, e não para o futuro. É por isso que chegamos a 1.500 emendas



EXEMPLO Heitor Gurgulino ouviu Maurício Corrêa; Romeu Tuma também discursa no evento

em tramitação nestes últimos anos, e 43 delas foram aprovadas, mudando a Constituição – disse.

O curso, com duração de um ano, foi desenvolvido em parceria da Unilegis com a Consultoria Legislativa do Senado. Todos os alunos são formados em Direito e têm experiência na área constitucional, sendo a metade de servidores do Supremo e os demais pertencentes aos quadros da Câmara dos Deputados, Senado, Tribunal de Contas da União (TCU) e órgãos conveniados.

O presidente do Conselho Universitário da Unilegis, Hei-

tor Gurgulino de Souza, acredita ter motivos suficientes para apostar na expansão da entidade.

– A nossa Unilegis ainda é muito jovem, mas já tem um passado, um presente, e podemos antever um grande futuro, graças ao vigoroso apoio que temos recebido do presidente José Sarney, do 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, bem como dos servidores desta Casa – assinalou.

Criada em 2001, a Unilegis está diplomando este ano a primeira turma do Curso de Especialização em Direito Legislativo, e abriu também um outro,



João Cruz

Mão Santa lembra os 181 anos do Legislativo

O senador Mão Santa (PMDB-PI), que ocupava a presidência da Mesa no final da sessão de ontem, lembrou que há exatos 181 anos, menos de um ano depois de proclamada a Independência (1822), o imperador d. Pedro I instalou a primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

– A primeira Constituinte tinha 42 integrantes, sendo 22 da área do Judiciário, dez militares, sete da Igreja, dois médicos e apenas um representava o setor produtivo rural – disse.

A Constituinte teve vida efêmera: durou apenas seis meses, quando foi fechada pelo imperador, que temia que a nova Carta Magna limitasse o seu poder. Na instalação dos trabalhos da Assembleia Geral, em 3 de maio de 1823, d. Pedro I proferiu uma frase que ficou célebre: nesse dia, ele jurou que defenderia a pátria e a Constituição, “se fosse digna do Brasil e de mim”, um exemplo marcante do estilo autoritário com que marcou seu reinado.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mão Santa e Papaléo Paes e pela senadora Serys Silhessarenko